

COOPERATIVAS DO CAFÉ DO NORTE DO PARANÁ: trajetória e evolução

THE COFFEE COOPERATIVES OF THE NORTH OF PARANÁ: trajectory and evolution

Elpidio Serra

Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia
elpidioserra@hotmail.com

Resumo

As cooperativas de cafeicultores do Norte do Paraná desempenharam importante papel em defesa dos agricultores associados, principalmente em momentos de crises da lavoura. Quando o café se curvou às crises, as cooperativas continuaram ao lado dos agricultores, agora em função dos novos produtos da agricultura regional. Nos novos tempos, interferiram no processo de modernização da agricultura e se beneficiaram dele, tanto que saíram da condição de empresas mercantis e se transformaram em empresas agroindustriais. No presente trabalho, sustentado em arquivos oficiais e em referências bibliográficas, a preocupação é destacar a trajetória e a evolução das cooperativas agrícolas do Norte do Paraná, seu papel em defesa da cafeicultura e dos cafeicultores, a relação entre o avanço das lavouras de café e o avanço da colonização e sua participação no processo de modernização da agricultura regional. Os enfoques se cruzam, o que evidencia que colonização, cafeicultura e cooperativas constituem peças indissociáveis da questão agrária regional.

Palavras-chave: Cooperativismo agrícola. Colonização. Desenvolvimento rural. Norte do Paraná.

Abstract

Cooperatives of coffee growers in Northern Paraná played important role in defense of farmers associated, especially in times of crises of the crop. When the coffee bowed to crises, cooperatives have continued alongside the farmers, now in light of the new products of regional agriculture. In new times, interfered in the process of modernization of agriculture and benefited him, so much so that left the companies market condition and turned into agro-industrial companies. In the present work, sustained in official records and references, the concern is to highlight the history and the development of agricultural cooperatives in Northern Paraná, your role in defense of the coffee and the coffee growers, the relationship between the coffee crops and advance the progress of colonization and your participation in the process of modernization of agriculture. The approaches intersect, which highlights that colonization, coffee production and cooperatives are inseparable parts of the regional agrarian question.

Keywords: Agricultural cooperatives. Colonization. Rural development. North of Paraná.

Introdução

O café foi o produto que alavancou a colonização do Norte do Paraná, sendo também precursor do cooperativismo na região. A relação entre o café e a colonização, no entanto, tem um sentido oposto se comparada à relação entre café e cooperativismo: no primeiro caso, as terras consideradas de primeira qualidade para o desenvolvimento das lavouras atraíram colonizadores e compradores de terras e os lucros gerados pela cafeicultura enriqueceram tanto o segmento colonizador quanto o segmento produtor; no segundo caso, o sucesso das lavouras alimentou seu lado contraditório e aí as cooperativas entram em cena como taboia de salvação dos produtores que, enriquecidos num primeiro momento, tempos depois entram em declínio e despencam rumo à pobreza, ironicamente porque produziram demais. Sucessivas safras exageradas de café, sem a contrapartida de um mercado em expansão, vão justificar a queda nos preços e a desorganização no setor produtivo, fase crítica que leva os cafeicultores e o próprio Estado a recorrerem às cooperativas, em situação de emergência, como em um pedido de socorro.

Durante o período em que a cafeicultura impulsionou a colonização e sustentou o desenvolvimento regional foi como se o Norte do Paraná vivesse em “lua de mel” com a cafeicultura. Lotes rurais e urbanos não ficavam muito tempo à espera de compradores; cidades de importância estratégica, caso de Maringá e Londrina, eram fundadas e no curto prazo estavam ocupadas e consolidadas; gente que vinha de longe, ou para comprar terras ou simplesmente para arrumar emprego, não voltava de “mãos vazias”. Tudo por causa dos lucros e das oportunidades geradas pelo café. No período seguinte, quando as excessivas produções refletiram negativamente nos preços de mercado, desequilibrando a lei da oferta e da procura, a “lua de mel” acabou e o casamento entrou em crise. O crescimento populacional diminuiu, os produtores se descapitalizaram e muitos tiveram que se desfazer das terras; o desemprego que não era conhecido chegou e junto com ele as também desconhecidas favelas, que se multiplicaram; a urbanização forçada atropela o ritmo do planejamento das cidades. E aí, dentro de um contexto de medidas intervencionistas, vieram as políticas de Estado marcadas inicialmente pela erradicação de cafeeiros e pelo confisco cambial do café, e como alternativa para amenizar a crise (o termo vencer podia ser forte demais), chegaram as cooperativas na região do café. Como na época a relação comercial dos produtores era centrada nas máquinas de beneficiamento

do café e nos intermediários, poucos conheciam o que significava e como funcionava uma cooperativa; veio então o Estado para ensinar e ajudar nos primeiros passos.

As cooperativas instaladas na região, mesmo conduzidas em sua maior parte pelas mãos do Estado, também sentiram no curto prazo o amargo sabor da derrota. Sem mais alternativas, o Estado faz o jogo mais duro: planeja e desenvolve ações no sentido de deslocar o polo cafeeiro para Minas Gerais e desocupar a região que mais produzia café no Brasil, batendo sucessivos recordes de produtividade, para hospedar novas lavouras. O café, enfim, estava com seus dias contados no Norte do Paraná, condenado a desaparecer, por ironia do destino, pela sua própria eficiência. Os produtores relutam em destruir as lavouras, acreditam que a crise ainda vai terminar e apostam no apoio das cooperativas. Mas em 1975, tudo acaba em gelo. Fortes geadas, como nunca antes haviam acontecido na região, destroem tudo, desde as lavouras até as esperanças dos cafeicultores. Estava aplicado o golpe de misericórdia na cafeicultura paranaense.

Não tendo mais as tradicionais lavouras de café, destruídas pelas geadas, as modernas lavouras mecanizadas puderam entrar sem resistência na região, mas ainda a um custo elevado. A paisagem rural, típica do período do café, onde havia as casas dos trabalhadores e dos donos da terra, a tulha e o terreiro para secar e armazenar o café, o pomar, a horta, o pasto para o gado leiteiro, as lavouras de subsistência, é condenada a desaparecer junto com a cafeicultura. A estrutura fundiária, retalhada em pequenos e médios lotes rurais no período da colonização, também é condenada a desaparecer porque não servia para as novas lavouras, que precisavam de mais terra. E as cooperativas do café? Sem café, algumas fecham suas portas. Outras, mais teimosas, tentam se adaptar aos novos produtos, conseguem se consolidar e se transformam em grandes empresas atreladas ao setor agroindustrial. Estas, em grande parte, nem o café mantiveram no nome que ganharam no registro de nascimento. Cooperativas de cafeicultores viraram cooperativas agroindustriais.

Resgatar essa radical mudança no Norte do Paraná, mesmo que sinteticamente, é o objetivo deste trabalho, elaborado na forma de artigo. Dados e informações que registram a chegada do café, a apropriação das terras para a formação de lavouras, os momentos da crise de mercado, a formação e o desenvolvimento das cooperativas, como peças de um quebra-cabeça, são resgatados com a preocupação de evidenciar que o Norte do Paraná da atualidade, com suas lavouras altamente capitalizadas e geridas de forma

empresarial e com suas cooperativas do agronegócio que se igualam às maiores do país e do mundo, tem sua história agrária edificada com a participação do café na sua base de sustentação econômica. As fontes utilizadas são documentos oficiais e referências bibliográficas relacionadas à cafeicultura, à colonização regional, às lavouras mecanizadas e às cooperativas.

O café e a ocupação regional

Citação de SANTOS (2004, p. 62) revela que “à medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc.; verdadeiras próteses”. E complementa: “Cria-se a configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”.

No contexto da ocupação do Norte do Paraná, impulsionada pelas lavouras de café de São Paulo, sua tradicional zona de produção, a citação de Santos se encaixa sob medida. Foi com a destruição da mata nativa (a natureza natural) que as lavouras tiveram espaço para avançar, viabilizando uma nova natureza (a natureza humanizada). E para que a troca de uma natureza pela outra fosse possível, entra em cena o processo de colonização, empenhado em abrir estradas e caminhos, em fundar vilas e cidades (as próteses), que vão atrair e fixar populações. A configuração territorial é dada como resultado dos interesses que emergem a partir de um conjunto de atores sociais que se apresentam atraídos, ou pelos lucros gerados pela comercialização do café, ou pelas possibilidades de conquistar terra, ou ainda pelas vantagens de se associar aos empreendimentos imobiliários. Foi conjuminando interesses diversos, mas não divergentes, que surgiram as raízes históricas, prosperando em seguida na medida da satisfação de tais interesses e ao mesmo tempo abrindo espaço para outros interesses, um deles a inserção das cooperativas de cafeicultores.

Dito isso, tem-se a configuração territorial cadenciada pelo domínio das lavouras de café, tendo a colonização como “construtora de próteses” e as cooperativas de cafeicultores atuando como agentes organizadoras das forças produtivas. Síntese do processo histórico ajuda a entender como se deu a configuração espacial no Norte do Paraná alavancada pelas lavouras de café. A princípio, deve ser destacado que o café fez

parte da ocupação humana e econômica da região, sendo que desde a fase inicial do processo de ocupação até meados da década de 1970, pouca coisa deixou de girar em torno da cafeicultura, entre as quais a colonização e a implantação de cooperativas.

No que diz respeito à colonização, antes mesmo do processo ser iniciado na região, as terras consideradas propícias à cafeicultura já vinham sendo ocupadas por paulistas e mineiros e as lavouras já despontavam em áreas por eles apropriadas. A fase inicial da ocupação espontânea, que precede a colonização no Norte do Paraná, vai acontecer em um período em que nas tradicionais zonas produtoras de café no estado de São Paulo, dois problemas despontavam: de um lado, os solos paulistas evidenciavam sinais de esgotamento, o que se refletia em decréscimos nos índices de produtividade das lavouras; de outro lado, mesmo com os decréscimos de produtividade, a produção registrada superava a demanda do mercado externo, o que leva os governos do Estado e da República, de comum acordo, a implantarem políticas restritivas ao avanço das lavouras, tendo como metas equilibrar o mercado e barrar as sucessivas quedas de preço.

As restrições valiam para São Paulo e também para outros estados produtores, caso de Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas não valiam para o Paraná, pelo simples motivo de que o Paraná na época não era produtor de café. Estava esboçado o quadro que acabaria motivando a troca de endereço da cafeicultura do País. Em tópicos: 1) - o Norte do Paraná ainda era coberto de matas nativas, que escondiam solos de primeira qualidade, à espera de alguma forma de exploração econômica; 2) – o café sofria restrições de novos plantios em São Paulo, mas não no Paraná; 3) - os cafeicultores de São Paulo não demoraram em descobrir que os solos paranaenses, protegidos pela mata nativa, além de não sofrerem restrições no contexto da política oficial, ainda eram melhores do que os solos paulistas, já cansados em função de sucessivos anos de exploração econômica; 4) – o Norte do Paraná, onde estavam os solos visados pelos cafeicultores paulistas, ainda não era uma região colonizada, o que significa que quem chegasse primeiro poderia ser o dono da terra, sem ter que pagar por ela. Juntando os pontos, os paulistas se desfazem de seus bens em seu Estado e se deslocam para o Norte do Paraná, gastando seu dinheiro não na aquisição de terras, que não estavam à venda, mas na derrubada das matas nativas e na formação de lavouras. Segundo Távora (1976):

A cafeicultura deslocou-se para terras virgens e de alta fertilidade, para fazer face aos aumentos de custo. Isso explica porque novos plantios dirigiram-se preferentemente para o norte paranaense, onde o rendimento

por unidade-área superava em larga medida o das regiões tradicionais, apenas explorando-se o húmus natural (TÁVORA, 1976, p.59).

O húmus natural, ou a fertilidade natural da terra, significa que na nova região produtora não era preciso adubar quimicamente as áreas de plantio, o que vai corresponder a uma significativa redução dos custos de produção, um novo atrativo para os paulistas avançarem em direção ao Norte do Paraná. Prado Junior (1970), ao destacar a importância da fertilidade natural do novo polo cafeeiro, afirma:

A nova onda cafeeira era assim empurrada sertão adentro para, em pouco mais de trinta anos, incorporar toda a faixa de terra roxa onde as lavouras de café implantadas bateriam de imediato recordes nacionais de produtividade, consumindo apenas o húmus natural do solo. Repetia-se desta forma na nova região produtora a “velha história da caça ao húmus”, isto é, a busca e ocupação de novos solos virgens e frescos cuja natural fecundidade é capaz de proporcionar, sem maior esforço técnico, abundante produção de um gênero como o café, de alto valor comercial nos mercados internacionais para os quais se destina (PRADO JUNIOR, 1970, p. 335).

CANCIAN (1981, p. 14) complementa dizendo que “a proibição do plantio em São Paulo e outros estados, bem como o declínio da produção dos cafeeiros nas regiões velhas” foram motivos que “agiram no sentido de atrair numerosos fazendeiros em busca de terras paranaenses, de boa qualidade para o café e onde não havia proibição para o plantio”.

Em linhas gerais, no final do século XIX, quando as lavouras de café evidenciavam sinais de decadência em São Paulo em função do esgotamento dos solos e paralelamente diante de um período de baixas nas cotações do mercado externo e de medidas oficiais restritivas, fazendeiros paulistas se desfazem de seus bens naquele Estado, cruzam o rio Paranapanema que faz a divisa Paraná-São Paulo e se apropriam das terras “sem dono” no lado paranaense. A apropriação significava escolher a melhor área para formar uma nova lavoura de café, derrubar o mato e efetivar o plantio. Não se falava em comprar ou em vender terra, mesmo porque na época a zona visada pelos paulistas, banhada pelo rio Paranapanema no Paraná, frise-se, não havia ainda sido colonizada. Era dono quem chegasse primeiro. Como as terras eram de boa qualidade e não sofriam restrições para as lavouras de café, os fazendeiros não tiveram dúvidas em deixar para trás solos cansados e reiniciar a atividade em solos que, além de serem melhores, estavam

disponíveis e sem custo a quem chegasse primeiro. A demarcação das posses era feita pelos próprios fazendeiros, como relata Wachowicz (1987):

Para eles, uma posse deveria equivaler a uma “água”. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho. Instalado na cabeceira, é dono da água e do terreno que a acompanha até o fim. Essa posse ou água terminava quando esse riacho deságua num rio maior. No caso dos pioneiros de São José do Cristianismo, o ponto de partida para as primeiras águas foi o morro que existe na região. Do pico desse morro saíam até o Itararé três águas. Cada uma dessas águas dava origem a posses: Água da Pedra, Gabiroba e Grama (WACHOWICZ, 1987, p. 81).

Paralelamente ao avanço em direção às terras sem dono, os pioneiros do café formavam vilas e cidades, como se fossem marcos da ocupação espontânea. Lysia Bernardes (1972), em seus estudos sobre o avanço das lavouras na região, ao mesmo tempo em que apresenta o roteiro da “marcha do café” e da ocupação regional, destaca as cidades que foram surgindo na rota da cafeicultura.

O povoamento do Norte é caracterizado pela expansão da lavoura cafeeira que ultrapassando os limites do Estado de São Paulo penetra no norte do Paraná primeiramente na área a leste do rio Tibagi (Ribeirão Claro, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina). Foi a partir de 1904, com a fundação de Cambará por fazendeiros vindos de Ourinhos que se inicia a penetração para oeste em direção ao vale do Tibagi. Continuando a progredir neste sentido, as derrubadas em 1921 atingiram Bandeirantes e, em 1924, Cornélio Procópio, povoando-se sempre a região com nacionais e também estrangeiros, em geral colonos das fazendas de café provenientes de São Paulo (BERNARDES, 1972, p. 11)

Deve ser considerado que a penetração dos paulistas e mineiros, principalmente dos paulistas, a princípio era tolerada pelo governo paranaense, interessado no deslocamento de uma nova frente de ocupação no Estado. Passou, no entanto, a preocupar, considerando a forma desorganizada como ocorria e os conflitos de terra que ali já estavam acontecendo. Para dar um encaminhamento político e administrativo à questão da ocupação desordenada dos paulistas, no ano de 1892, o governador Francisco Xavier da Silva enviou mensagem ao Legislativo paranaense autorizando a venda de terras do Estado “sitas no vale do Paranapanema, que são tão ambicionadas pelos mineiros e paulistas e que, por estes últimos consideradas para a cultura do café como prolongamento do território do seu Estado” (citado por PADIS, 1981, p. 88).

Um conjunto de medidas passa, a partir daí, a ser adotado pelo governo paranaense, no sentido de frear a ocupação espontânea, de disciplinar e racionalizar o acesso à terra, e ao mesmo tempo, no sentido de estimular o avanço das lavouras de café de forma organizada na nova região produtora. A colonização privada é que passaria a capitanear os processos de repartição e comercialização da terra e de viabilizar as condições para o avanço das lavouras de café nas áreas de loteamento.

A colonização se desenvolve através de um processo de parceria entre o Estado e o capital privado. O Estado libera às empresas terras devolutas mediante pagamentos simbólicos e as empresas, para viabilizar o empreendimento, arcam com todos os custos estruturais e infra-estruturais, que vão da repartição da terra à abertura de estradas e caminhos, do planejamento urbano à fundação das cidades. As primeiras negociações datam dos primeiros anos do século XX mas os primeiros projetos colonizadores começam a ser executados na década de 1930, quando a ocupação dos paulistas e mineiros é intensificada. Segundo Monbeig (1985):

Após 1930, os pioneiros penetraram no norte do Estado do Paraná. Espaços praticamente desconhecidos há menos de um século foram integrados ao povoamento e à economia brasileira. A cobertura florestal ruiu nas queimadas dos desbravadores (MONBEIG, 1985, p. 37).

A colonização planejada a partir da década de 1930 serviu como suporte para a territorialização das lavouras de café no Norte do Paraná, de forma organizada. A região paranaense, contando de um lado com a gradativa superação da crise do café no mercado externo e não tendo a pressão da concorrência dos produtores paulistas, que continuavam enfrentando restrições na formação de novas lavouras, e de outro lado contando com o avanço da colonização, que contribuía para liberar áreas para novos plantios, no curto prazo torna-se a maior produtora de café do País. A colonização avança em ritmo acelerado e estimulados pelos preços de mercado, que eram compensadores, difícil era encontrar alguém que comprasse um lote rural na região sem a intenção de plantar café.

A relação preço de mercado, qualidade do solo, disponibilidade de lotes rurais ofertados pelas colonizadoras e as condições em que os lotes eram vendidos, a preços relativamente baixos e pagamentos a longo prazo, acelera o ritmo da ocupação regional e, na mesma velocidade acelera o avanço da cafeicultura, consolidando a posição do Paraná como maior produtor nacional de café. Dados da Tabela 01 apresentam as produtividades registradas nas lavouras paulistas e nas lavouras paranaenses, tomando

como referência o período 1947 a 1951 e como base de cálculo as relações quilos colhidos por hectare plantado e quilos colhidos por mil pés, podendo ser observado que em todo o período e nas duas bases de comparação as lavouras norte-paranaenses superaram as lavouras paulistas.

Como reflexo dos bons resultados, o Paraná assume o primeiro lugar no País, como maior produtor de café, considerando o total de sacas colhidas em cada safra. Dados do IBC (1978) indicam, por exemplo, que na safra 1961/62, das 39,6 milhões de sacas, que corresponderam à produção nacional, o Paraná e, dentro do Paraná a região Norte, sua maior zona produtora, respondeu por 45% (21,4 milhões de sacas). Na safra seguinte, 1962/63, houve uma retração na produção total (caiu para 28 milhões e 900 mil sacas de sacas) e também na produção paranaense (18 milhões de sacas), mas uma elevação no potencial da participação paranaense (de 45% para 62,2%) da produção nacional.

Tabela 01: Produtividade das lavouras de café – São Paulo e Norte do Paraná 1947/1951

Ano	Produtividade em kg/ha		Produtividade em Kg/1000 pés	
	Norte do Paraná	São Paulo	Norte do Paraná	São Paulo
1947	586	338	929	440
1948	583	423	923	552
1949	621	369	992	480
1950	758	334	1.202	432
1951	594	337	948	442

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil, 1952.

As condições eram favoráveis ao aumento da produção em escala acelerada, mas, contraditoriamente, se constituíam em perigo para o equilíbrio de mercado, isto porque a excessiva oferta não estava sendo acompanhada no mesmo ritmo pela demanda, o que poderia refletir na queda dos preços. E foi o que acabou acontecendo. No curto prazo a lei da oferta e da procura passa a sofrer os efeitos das grandes safras, tendo como reflexo a manifestação de um quadro oposto ao que os cafeicultores estavam acostumados: o ambiente, que era de euforia, passa a ser de preocupação no meio rural. Uma crise que os cafeicultores regionais ainda não conheciam chega e contamina os negócios do café, mantendo em baixa os preços de mercado.

Em meio à crise, políticas de Estado são colocadas em vigor na tentativa de conseguir o reequilíbrio do mercado. Vieram o confisco cambial do café, a erradicação de parte das lavouras, a constituição do IBC (Instituto Brasileiro do Café) como órgão gestor da política cafeeira; através do IBC são construídos armazéns em toda a região produtora com o objetivo de estocar a produção excedente, evitando assim que pressionasse ainda mais os preços para baixo. E é nesse quadro de incertezas e de tentativas que as cooperativas de cafeicultores são lembradas para amparar os produtores.

As cooperativas, em boa parte fundadas pelo próprio IBC ou por ele orientadas na sua constituição, tinham dupla função: atuar como órgãos de orientação e defesa dos cafeicultores e reforçar a capacidade de estocagem dos produtos excedentes, alinhando-se assim com a política de reter estoques, que fatalmente produziriam impactos negativos nos preços de mercado.

Os efeitos da atuação do Governo Federal através do IBC e a atuação conjunta das cooperativas, no entanto, tornavam-se inócuos diante dos volumes de produção, que continuavam em alta. É aí que surge a radicalização das políticas de Estado: medidas governamentais são anunciadas no sentido de deslocar o polo cafeeiro para Minas Gerais, antigo produtor, e incentivar novas formas de cultivo para ocupar os espaços liberados pelo café no Norte do Paraná. Em outros termos: terras mecanizáveis do Norte do Paraná, dominadas pela cultura do café, que não era mecanizada, passariam a ser o endereço de novas lavouras, dependentes de tratores, colheitadeiras e outros equipamentos que demandam capital; em sentido inverso, terras que não podiam ser mecanizadas em Minas Gerais, devido ao relevo acidentado, passariam a ser o novo endereço da cafeicultura brasileira, dependente do fator trabalho.

Os planos e programas do Governo Federal estavam na linha certa, não fosse a resistência dos cafeicultores. Os produtores relutam em aderir de imediato ao novo modelo agrícola por diversas razões, destacando-se o tamanho da propriedade, que foi a base da estrutura fundiária projetada pelas colonizadoras: lotes de 10 a 20 hectares em média, que se ajustavam a uma lavoura de café, não eram suficientes para uma lavoura mecanizada, dependente de áreas maiores; a experiência acumulada: durante gerações os cafeicultores só aprenderam a mexer com o café e não tinham conhecimento de outras lavouras, principalmente de lavouras mecanizadas; o baixo custo de manutenção da lavoura cafeeira: o trabalho era mantido em sua maior parte pela mão de obra familiar

não remunerada; a renda extra garantida pelas lavouras de subsistência: embora os preços do café estivessem em baixa, o agricultor tinha como se manter comercializando excedentes dessas lavouras, consorciadas com o café; a estrutura dos lotes rurais: terreiro, tulha, casas e outras benfeitorias, construídas com recursos do próprio cafeicultor e que eram úteis para as lavouras de café, de nada serviriam para as novas lavouras. Contando com essa estrutura, que caracterizava a paisagem regional, o agricultor vivia períodos difíceis, mas não passava fome. Mesmo assim, as lideranças da cafeicultura alertavam que estava na hora de substituir as lavouras de café por outras lavouras. Constâncio Pereira Dias, então presidente da Cooperativa de Cafeicultores de Maringá (COCAMAR), mandou a seguinte mensagem aos produtores rurais:

A nossa função de líder e a nossa consciência nos forçam a aconselhar o cafeicultor paranaense a ir se retirando paulatinamente da cafeicultura, optando por outras atividades agrícolas mais rentáveis, mais protegidas pelo Governo e mais seguras. O cafeicultor deve fazer suas contas primeiro e se os resultados não forem favoráveis, é ilusão continuar sonhando com a volta dos áureos tempos passados. (PEREIRA DIAS, 1975, p. 13)

Mesmo com os alertas e com a manutenção dos preços em baixa, o produtor continuava apegado às suas lavouras de café. Até que no inverno de 1975, a resistência perdeu sentido, não por obra de uma nova política oficial e menos ainda em função da iniciativa dos proprietários rurais, mas sim em consequência de um fenômeno natural: fortes geadas destruíram totalmente as lavouras regionais, na época calculadas em 915 milhões de pés, segundo o IBC (1978). Foi, enfim, aplicado o golpe de misericórdia na cafeicultura do Norte do Paraná.

Destruídas as lavouras, não havia mais razão para o governo federal manter um órgão público para direcionar a política do café: em 1978 o IBC fechou suas portas. Da mesma forma, deixou de ter sentido o vínculo afetivo que os cafeicultores mantinham com as suas lavouras, transformadas em fileiras de árvores mortas. Da noite para o dia, foi condenada ao desaparecimento uma paisagem típica da agricultura tradicional, onde junto com as lavouras de café estavam as lavouras de subsistência, os pomares, casas, tulhas, terreiros e outras benfeitorias que viabilizavam a permanência do homem no campo. No lugar dessa paisagem, outra vai surgir tempos depois. Comparando-se as duas paisagens, a que desaparece e que aparece, a primeira impressão foi como se tivessem passado uma borracha em cima da imagem que caracterizou os bons tempos do café,

incluindo o modelo fundiário desenhado e executado pelas empresas colonizadoras e que havia garantido o domínio quase que absoluto da cafeicultura no Norte do Paraná.

Cooperativas do café: a crise e as mudanças

A crise do café, que culminou com as geadas de 1975, atingiu em cheio as cooperativas constituídas de cafeicultores na região Norte do Paraná. Sem contar com o produto que havia sido a razão de sua existência, parte significativa dessas cooperativas entrou em processo de liquidação, enquanto que outras conseguiram sobreviver, mas em função dos novos produtos que ocuparam o lugar do café no espaço agrícola regional, caso da soja, do trigo e do milho. As cooperativas que driblaram a crise, tiveram que mudar sua estrutura para poderem trabalhar com a nova linha de produtos agrícolas, sendo que para essa mudança foram beneficiadas com a ajuda do Estado na forma de empréstimos subsidiados. No embalo da ajuda oficial e da nova dinâmica econômica proporcionada pelas lavouras do novo modelo agrícola regional, as cooperativas que sobreviveram à crise do café se fortaleceram e deixaram de ser as empresas mercantis de antes, que recebiam e repassavam matérias primas agrícolas, para se transformarem em empresas agroindustriais, com capacidade para transformar matérias primas em produtos industrializados, prontos para o consumo. Como empresas donas de parques industriais montados em função dos produtos agrícolas que passaram a predominar na região, mudaram até suas denominações, retirando de sua razão social o nome café. Cooperativas de cafeicultores viraram cooperativas agroindustriais.

O café foi retirado do nome das cooperativas, mas não foi apagado do histórico do cooperativismo. Ficou na lembrança que o café foi o produto que abriu as portas para o cooperativismo, da mesma forma como foi o responsável pela ocupação rápida e dinâmica da região. Enfim, no Norte do Paraná a história do café, da colonização, da ocupação humana e do desenvolvimento econômico e a história do cooperativismo agrícola se misturam para formar uma só a história.

Dois momentos marcam a entrada das cooperativas na região do café e em função do café. No primeiro momento, foi por iniciativa dos próprios cafeicultores; depois foram fundadas com a participação do IBC. Segundo Serra (1986):

Em linhas gerais, as cooperativas que surgiram sem a participação direta do IBC acabaram, tempos depois, dependendo dele para se

recuperar de crises financeiras. Desta forma, não se pode estabelecer um divisor de águas entre o IBC e a história das cooperativas de cafeicultores do Norte do Paraná, mesmo porque o órgão foi constituído para atuar no mesmo ramo em que as cooperativas estavam atuando, ou seja, o recebimento, o armazenamento e a comercialização do café. (SERRA, 1986, p. 60).

Deve ser valorizado o fato de que o IBC surgiu como órgão diretamente ligado ao Governo Federal, em uma época de crise para a cafeicultura e, por extensão, para as cooperativas de cafeicultores, justamente para executar uma política de governo destinada a neutralizar os efeitos mais desastrosos dessa crise para a economia nacional, já que na época o café era o principal produto de exportação do País. Dessa forma, não havia como o IBC resolver o problema do café sem resolver, junto, o problema das cooperativas, estabelecendo-se a partir daí um ponto de conexão entre o Instituto e as cooperativas que já existiam ou que passaram a existir posteriormente. A respeito da relação IBC, cooperativas e cafeicultura, afirma Araújo (1982):

Com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), em 1952, passou o país a dispor de uma autarquia para realizar a política econômica do café brasileiro nos mercados interno e externo. Entre seus objetivos, um era o de incentivar o cooperativismo de produção, de crédito e de distribuição entre os cafeicultores, visando oferecer melhor remuneração e aprimoramento da qualidade do café. (ARAÚJO, 1982, p. 23).

Em entrevista concedida ao jornal editado pela cooperativa COCAMAR (na época COCAMAR significava Cooperativa de Cafeicultores de Maringá; atualmente significa Cooperativa Agroindustrial de Maringá), em julho de 1985, o sr. José Cassiano Gomes dos Reis Junior, então presidente da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná (COCAP) deu novos detalhes a respeito da relação entre o cooperativismo e a cafeicultura no Norte do Paraná.

Entre os anos de 1940 e 1950, a rápida ocupação das terras roxas do norte paranaense, de alta fertilidade, conduziu à implantação de uma cafeicultura intensiva, ao ponto do café tornar-se o principal produto da economia paranaense. O cooperativismo não poderia, assim, deixar de vincular-se com essa cultura, o que acabou acontecendo de forma mais efetiva a partir do início dos anos 1950. (REIS JUNIOR, 1985, pp 6 e 7).

Durante a década de 1950 são fundadas as primeiras cooperativas de cafeicultores na região, por iniciativa dos próprios produtores e durante os anos 1960 surgem as cooperativas que tiveram o apoio do Estado através do IBC no seu ato de fundação. No

primeiro período, quando os produtores se organizaram por conta própria, o principal problema a ser enfrentado era a dificuldade de transportar as safras via ferroviária até o porto de Santos, São Paulo, que na época centralizava as exportações de café do País. Os vagões existiam, mas não eram suficientes para atender a demanda que era cada vez maior por conta das sucessivas e abundantes safras. A função das cooperativas, no caso, era justamente garantir força política para conquistar mais vagões da rede ferroviária para o transporte do café estocado. No segundo período, quando o IBC começa a atuar na região, o problema que motivou a constituição das cooperativas tinha relação direta com o aviltamento dos preços de mercado, também em consequência das grandes safras extraídas das lavouras regionais. As safras, que simbolizavam a eficiência das lavouras, portanto, motivar a constituição de cooperativas, num primeiro momento porque as condições do transporte ferroviário não eram suficientes; depois porque a excessiva oferta se colocava acima da demanda do mercado, tendo como consequência a queda nos preços. Nos dois momentos, as cooperativas entram em cena em situações de desespero dos produtores, que esperavam das entidades o poder mágico de resolver os problemas da cafeicultura regional.

Dados extraídos do Livro de Registros de Cooperativas, depositado no acervo da Junta Comercial do Paraná, indicam que no primeiro período, em que as cooperativas surgiram das bases para “resolver” o problema dos transportes ferroviários, 39 entidades foram fundadas no Norte do Paraná; no segundo período, quando passaram a ser constituídas de “cima para baixo”, por iniciativa do IBC, 27 cooperativas foram fundadas, todas tendo como missão afastar crises que colocavam as lavouras em risco.

Chama atenção o fato de que as cooperativas que surgiram a partir das bases, tendo como objetivo conseguir vagões para o transporte das safras, não atingiram a meta desejada e em sua maior parte acabaram sendo liquidadas após um curto período de funcionamento. Na prática, foram liquidadas porque não conseguiram a força política suficiente para resolver um problema que era conjuntural. Outro ponto que chama atenção: por falta de experiência e de conhecimento de como funciona o sistema cooperativista, as lideranças da classe produtora se aventuraram a fundar cooperativas a esmo, uma concorrendo com a outra, às vezes no mesmo município. Serra (1986, p. 64) cita casos de municípios regionais que se transformaram em sedes de duas e até três cooperativas, com a mesma função: receber, estocar e comercializar café.

Quando o Instituto Brasileiro do Café foi fundado, em 1952, cooperativas constituídas pelos próprios cafeicultores e que ainda não haviam fechado suas portas, foram recuperadas, enquanto que novas cooperativas foram fundadas, mas seguindo normas de planejamento na sua distribuição espacial e na sua organização. Tanto as novas cooperativas quanto as que já existiam, passaram a atuar sincronizadas com o IBC no enfrentamento da crise do café, tendo como uma das estratégias reduzir os estoques que chegavam no mercado. A orientação era que quanto menos café chegasse no mercado, mais depressa os preços poderiam reagir. Diante dessa política, o Instituto passou a investir pesados recursos financeiros repassados pelo Governo Federal na construção de armazéns de “fundo chato”, para o empilhamento do café ensacado. Do lado das cooperativas, uma das funções era reforçar a estrutura de armazenamento do IBC, disponibilizando sua própria capacidade armazenadora para estocar o produto. Outra, no mesmo sentido, era convencer os cafeicultores associados a manterem seus cafés estocados nas tulhas, em suas propriedades, da mesma forma para evitar que chegassem ao mercado. Criava-se assim, por meio das cooperativas, um apoio adicional, um reforço da capacidade armazenadora, que se daria em três níveis: em função dos armazéns do IBC, em função dos armazéns das cooperativas e em função das tulhas existentes nas propriedades rurais.

A política de reter café estocado, liberando estoques apenas nas quantidades que não comprometessem o equilíbrio nos preços de mercado se mostrou eficiente, mas não suficiente, o que levou o Governo Federal a adotar novas estratégias reguladoras. Em 1965, como já havia feito em situações anteriores em outros Estados produtores, decide comprar e queimar estoques excedentes, e estimular os cafeicultores a erradicarem parte de suas lavouras, objetivando diminuir a oferta, medidas que poderiam agilizar o esperado efeito em termos de recuperação dos preços. No contexto da mesma política, são adotadas medidas para deslocar o polo cafeeiro, do Norte do Paraná para Minas Gerais, antiga região produtora. O que estava nos planos do Governo era a retirada das lavouras de café das áreas planas ou pouco acidentadas do Norte do Paraná, que poderiam ser ocupadas por lavouras mecanizadas, transferindo-as para Minas Gerais, onde predominavam áreas de relevo acidentado, impróprias para a mecanização.

A expectativa era de que, mudando-se o uso do solo superava-se a crise, e a certeza era de que a mudança exigiria das cooperativas e dos agricultores, uma reversão completa

em termos de estrutura de plantio, tratos culturais, colheita, transporte, armazenagem e até de industrialização. No caso dos produtores, toda uma estrutura, criada ao longo dos anos em torno do café, teria que ser abandonada para dar lugar a uma nova estrutura voltada às lavouras mecanizadas. E é nesse contexto de preços baixos, de crise de mercado e de pressões e interesses do Estado, que os cafeicultores decidem resistir, na expectativa de algum fato novo que deixasse tudo exatamente como estava antes da crise acontecer. Resistência que terminou com as geadas de 1975.

Sem as lavouras de café, destruídas pelas geadas, ficou facilitada a política do Governo de deslocar o polo cafeeiro para as antigas zonas produtoras de Minas Gerais e de adequar o Norte do Paraná para o novo modelo agrícola. Na nova fase, as cooperativas novamente tiveram o apoio do Estado, que através do Ministério da Agricultura criou mecanismos para financiar a construção da estrutura de recebimento e estocagem de grãos a granel. Os impactos gerados pela mudança do modelo agrícola foram muito sentidos pelos produtores, mas de certa forma comemorados pelas cooperativas. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB):

A expansão do cultivo da soja foi a salvação e o fortalecimento para o movimento cooperativista paranaense que estava em formação desde a década de 50, com a cafeicultura, mas que durante a década de 60 começou a desagregar-se, porquanto a cafeicultura – com o isolamento dos agricultores e falta de conscientização para métodos de comercialização mais racionais – não vinha sendo base sólida para sua sustentação. (OCB, 2016, p. 29).

Não foram poucas as cooperativas que não esperaram pelo golpe de misericórdia da cafeicultura para se ajustar ao novo modelo que, na prática, ainda não existia. A Cooperativa de Cafeicultores de Maringá foi uma delas: em 1971, quatro anos antes das grandes geadas, inaugurou o primeiro armazém graneleiro construído por uma cooperativa no Paraná, em uma época em que em toda a sua área de atuação não se falava em outro produto agrícola que não fosse o café. A soja ainda era desconhecida dos agricultores e o milho era cultivado para alimentar os animais, como produto de subsistência. Nenhum outro produto para ser armazenado a granel era cultivado. Mesmo assim, a COCAMAR construiu seu armazém com “fundo em V” para estocar produtos a granel, antecipando-se aos novos tempos da agricultura regional. A propósito, o armazém foi construído com recursos repassados a fundo perdido pelo Ministério da Agricultura, o que pode ser entendido como “mensagem oficial” de que as cooperativas estavam sendo

preparadas e passariam, no curto prazo, a ser o braço avançado do Estado no direcionamento do novo modelo agrícola.

O graneleiro da COCAMAR, com capacidade para armazenar mais de cem mil toneladas de grãos, segundo SERRA (2015, p. 18) ficou vazio durante mais de quatro anos e só foi receber os produtos aos quais havia sido destinado depois que as geadas de 1975 destruíram as lavouras de café e os agricultores enfim descobriram que as lavouras temporárias de soja, trigo e milho representavam a nova opção para uso do solo. Aplicado o golpe de misericórdia nas lavouras de café, o Estado passa a agir em duas direções, que se fundem: em uma desenvolve mecanismos de apoio às cooperativas, que recebem recursos públicos para custear investimentos em infraestrutura, sendo adaptadas para receber, estocar e em algumas situações industrializar as novas matérias-primas; em outra direção, desenvolve uma política de financiamento a juros subsidiados para custear as mudanças que se processariam dentro das propriedades dos agricultores, envolvendo principalmente a compra de insumos e a compra de tratores, colheitadeiras e outras máquinas e implementos agrícolas.

A intervenção do Estado, com ações direcionadas às cooperativas agrícolas e aos agricultores que se dispuseram a mudar o rumo de suas atividades e o perfil do sistema produtivo, rompendo com as práticas tradicionais e aderindo às modernas práticas de cultivo, foi sustentada com recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, mas que só chegou no Norte do Paraná dez anos depois de sua criação. Vale recordar aqui que no início da década de 1960 o Estado, no embalo da proposta embutida no pacote tecnológico Revolução Verde, passa a destinar recursos para a modernização da agricultura brasileira, mas a região norte paranaense não aderiu aos planos e programas adotados por conta da resistência dos cafeicultores em desistir da cafeicultura, mesmo a atividade estando em crise. Só depois da ocorrência das grandes geadas de 1975, quando sem alternativas os agricultores cederam às pressões governamentais, é que passaram a ser beneficiados com os financiamentos do programa de crédito agrícola. Isso explica o porquê do Norte do Paraná, considerada uma das regiões mais dinâmicas da agricultura brasileira nos tempos da lavoura tradicional, só aderir ao processo de modernização e, conseqüentemente aos benefícios do SNCR, pelo menos dez anos depois que o novo modelo agrícola estava implantado em outras regiões produtoras de outros estados, caso de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Mesmo com atraso, o apoio do Estado às mudanças no campo e nas cooperativas agilizou o processo de transformação, tanto que a paisagem típica dos tempos do café, destruída pelas geadas de 1975, cedeu lugar a uma nova paisagem menos de cinco anos depois: no início da década de 1980 as lavouras mecanizadas já cobriam o espaço agrícola e também o espaço que não era agrícola, ocupado pelas casas, tulhas, pomares, hortas e galinheiros. Paisagem, segundo definição de SANTOS (2004, p. 35) constitui “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e a natureza”.

No contexto das mudanças, surge um novo padrão de cooperativas agrícolas no Norte do Paraná: as cooperativas-empresas, ou multicooperativas. As cooperativas mercantis, que recebiam e repassavam matérias primas agrícolas, com pouco ou nenhum índice de transformação, perdem espaço para as novas cooperativas que agindo como modernas empresas, recebem matérias-primas e as transformam em produtos industrializados. Segundo Delgado (1985),

A modernização da agricultura enseja o surgimento de um novo estilo de cooperativismo agrário, com o nascimento e o fortalecimento da “multicooperativa”, cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com as demais empresas controladas por grupos empresariais. Apesar da similaridade, mantém-se, porém, as diferenças entre a morfologia de um grupo econômico e a figura da multicooperativa, dada a própria definição da cooperativa como uma associação de pessoas e não de capitais, ao estilo da empresa. (DELGADO, 1985, p.19)

Na nova forma de atuação, as cooperativas se inserem como participantes ativas do Complexo Agroindustrial (CAI) e passam a ter condições de ampliar a agregação de valores à produção dos associados. O CAI, estruturado entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 em boa parte dos estados do Sul e Sudeste, regiões que apresentavam uma agricultura mais desenvolvida comparada às demais regiões do País, passa a se sustentar em três pilares interdependentes: a montante o setor responsável pela produção de bens para o setor agrícola (tratores e outras máquinas agrícolas), ao centro uma agricultura altamente tecnificada e a jusante a indústria de transformação ou agroindústria, segmento que passa a ter a efetiva participação das cooperativas.

A participação das cooperativas nos setores instalados a montante do CAI, o chamado Departamento de Bens para a Agricultura, ou D¹, se mantém apenas na medida da demanda dos agricultores associados e é satisfeita através de relações comerciais

centradas nas lojas de peças para máquinas agrícolas mantidas nas unidades de atendimento ou de prestação de serviços, e ainda no preparo de adubos e na produção de rações e sementes. Algumas cooperativas chegam a vender aos associados tratores e colheitadeiras montadas, mas não passam disso. No segmento central do CAI, onde está a lavoura propriamente dita, a atuação cooperativista atinge toda a base técnica do setor, fazendo com que a agricultura se transforme em atividade cada vez menos dependente dos recursos naturais, ou do laboratório natural da terra, e cada vez mais dependente dos recursos que demandam capital, ou seja, consumidora dos insumos e bens de capital originados a montante. Na condição de consumidora de insumos e bens de capital, a agricultura se moderniza, se capitaliza e se habilita a ampliar volumes de produção, garantindo assim as matérias primas em quantidade e em qualidade que vão alimentar outro segmento do CAI, este localizado a jusante, onde estão as indústrias de transformação ou agroindústrias, e onde se completa a articulação agricultura-indústria.

É no segmento a jusante, onde estão as indústrias de transformação, que as cooperativas encontram as condições para se transformarem em grandes empresas, em multicooperativas. Ao se transformarem em donas de fábricas, rompem com a fase em que se marcaram como receptoras e repassadoras de matérias primas e passam a fazer parte de um grupo elitizado de empresas que conseguem transformar matérias primas em produtos industrializados. Quando recebiam e repassavam matérias primas, absorviam a fatia do “lucro” retida pelos intermediários e dividiam essa fatia com os associados, após deduzir os custos de sua manutenção. Quando passam a processar as matérias primas, conseguem agregar valores à produção, em volumes muito maiores do que a fatia antes tomada dos atravessadores. A agregação de valores, que se dá em função do retorno financeiro gerado pelas indústrias de transformação a jusante do CAI, viabiliza a aceleração do crescimento das empresas associativistas, sem a necessidade de expropriar os associados. Além de não serem expropriados em nome do crescimento das cooperativas a que pertencem, os agricultores filiados se beneficiam em dose dupla: porque individualmente também crescem, aumentam seu patrimônio, e porque coletivamente são potencialmente beneficiários do crescimento da sua cooperativa.

A garantia de uma boa remuneração da produção agrícola, a propósito, é o principal atrativo dos agricultores ao se filiarem. No Norte do Paraná, as cooperativas crescem na proporção das vantagens financeiras que conseguem proporcionar aos

associados e que normalmente ocorrem em dois momentos distintos: quando do “fechamento do negócio” - a produção é entregue e quando o associado julgar que é o momento certo a transação é efetivada e a mercadoria deixa de pertencer a ele e passa a pertencer à cooperativa; quando do fechamento do ano fiscal - a mercadoria “vendida” pelo associado passa por processos de transformação nas indústrias a jusante e vão para o mercado não mais como matérias primas e sim como produtos elaborados, o que significa que a cooperativa conseguiu agregar valores ao produto primário. No fechamento do ano fiscal, momento da prestação de contas, depois de deduzidos os percentuais dos fundos obrigatórios e deduzidos os custos de manutenção da cooperativa durante o ano, o que sobrar volta para o agricultor associado pelo sistema “pro-rata”. O retorno das sobras apuradas se constitui numa segunda remuneração da produção agrícola, vantagem que as empresas comuns não conseguem, mas que nas cooperativas agrícolas faz parte de um comportamento de rotina consagrado nos estatutos sociais.

As cooperativas crescem, os associados também crescem e as vantagens econômicas, de certa forma, explicam o porquê do alto índice de capitalização da agricultura do Paraná como um todo e ao mesmo tempo ajudam a entender o porquê das cooperativas paranaenses se posicionarem entre as maiores empresas do país e do mundo. Dados da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR, 2013, p. 7) mostram, a propósito, que 55% de tudo o que sai da agropecuária paranaense é comercializado através das 81 cooperativas do Estado, todas consideradas de grande porte.

Considerações finais

No contexto da história e da geografia agrária do Norte do Paraná existe um cordão umbilical, que não pode ser desconsiderado, ligando as cooperativas agrícolas com as bases de sustentação econômica da agricultura regional. Na prática cooperativas, agricultura, colonização e ocupação humana e econômica do Norte do Paraná constituem uma peça única, uma relação monolítica que não pode ser desprezada, sob risco de ser comprometido o entendimento das relações estabelecidas pelos diferentes atores sociais e seus respectivos interesses no espaço.

No presente estudo, a principal preocupação foi justamente esta: resgatar a história do cooperativismo, da ocupação regional e das lavouras de café, a principal base de

economia agrícola, mas valorizando a cumplicidade entre um segmento e outro, a vitalidade que um transmite ao outro.

Quando a colonização avançou a toda velocidade, foi por causa dos preços do café, que estavam em alta. Quando as cooperativas foram lembradas pelos cafeicultores, também foi por causa dos preços do café, que agora estavam em baixa. Quando o Estado toma as rédeas para interferir nos modelos agrícolas e nas cooperativas, foi para dar um basta na dependência do café. Enfim, o cordão umbilical se explica.

Como em qualquer processo econômico, as mudanças acontecem e deixam suas marcas. Quando o café teve sua “ordem de despejo”, a estrutura fundiária teve que mudar, da mesma forma como mudou o endereço dos norte-paranaenses: foram forçados a trocar o espaço rural pelo espaço urbano. E as cooperativas do café também mudaram: de empresas mercantis se transformaram em empresas agroindustriais. Atualmente não existem mais aquelas cooperativas que, de uma forma romântica, difundiam a união dos agricultores como receita para o sucesso. Ou como caminho para superar as crises. O que existe são as cooperativas que indicam o endereço da capitalização da agricultura e as soluções tiradas de fórmulas químicas para aumentar a produtividade no campo. Cooperativas que fazem o agricultor entender que no mundo atual a agricultura deve ser trabalhada como uma indústria, uma indústria a céu aberto.

Os tempos são outros no Norte do Paraná. E o café, depois de despencar em queda livre, passou a ser lembrado como uma sobremesa. Sem proteínas ninguém vive, sem sobremesa ninguém morre. E as cooperativas do café tiraram o café de sua própria denominação, como que rompendo com sua origem. Agora são cooperativas agroindustriais, que se sustentam nos grãos de soja, milho, trigo e outros grãos, produtos da lavoura mecanizada. Como cooperativas agroindustriais, donas de indústrias, se distanciaram dos associados; em compensação, conseguem agregar valores à produção agrícola e retribuem o distanciamento com maior remuneração para os produtos que recebem.

O café continua sendo produzido no Norte do Paraná, mas nada que se compara aos tempos da lavoura tradicional.

Referências

- ARAÚJO, Silvia Maria. **Eles: a cooperativa**: um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.
- BERNARDES, Lysia. **Guia de Excursão** do I Encontro Nacional de Geógrafos. Presidente Prudente: UNESP, julho, 1972.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei 5.764**, de 16 de dezembro de 1971.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- IBC, Instituto Brasileiro do Café. **Relatório das safras de café**, 1977/1978. Rio de Janeiro: IBC, 1978.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952
- JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Curitiba: **Livro de Registros das Cooperativas do Paraná**.
- MONBEIG, Pierre. **O Brasil**. São Paulo: Difel, 1985.
- OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras/Sescoop. **História**. Disponível em: www.brasilcooperativo.com.br. Acesso em 13 de dezembro de 2016.
- OCEPAR, Organização das Cooperativas do Paraná. Curitiba: **Informe Paraná Cooperativo**. www.paranacooperativo.coop.br. Acesso: novembro de 2013
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PEREIRA DIAS, Constâncio. É crítica a situação do cafeicultor. **Jornal de Serviço Cocamar**. Maringá: COCAMAR, out. 1975, pp.6 e 7
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- REIS JUNIOR, José Cassiano. Cassiano explica a importância do café e do cooperativismo para o Norte do Paraná. **Jornal de Serviço Cocamar**. Maringá: COCAMAR, jul., 1985, pp. 6 e 7.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2004.

SERRA, Elpidio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP/Rio Claro, 1986.

SERRA, Elpidio. O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná. **Agrária**, revista de Geografia Agrária do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo: vol. 8, p.22-45, 2015.

TÁVORA, Virgílio. Desenvolvimento histórico da agricultura brasileira. In: **O Homem e o Campo**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1976. P.55-86.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

Recebido em 09/02/2018. Aceito para publicação em 21/09/2018.
--